



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

INDICAÇÃO N.º 155/2022

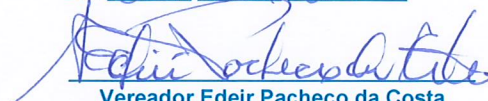
Senhor Edeir Pacheco da Costa
Presidente da Câmara Municipal de Ubá em exercício
Nesta.

VOTAÇÃO:

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por: Unanimidade

Em: 04/04/22



Vereador Edeir Pacheco da Costa
Presidente da Câmara em exercício

Aline Moreira Silva Melo
VEREADORA
1ª SECRETÁRIA



Aline Moreira Silva Melo
1ª Secretária

ENCAMINHAMENTO:

Of.CMU. 059/2022

Em: 06/04/22

O vereador que abaixo assina requer, na forma regimental e após a devida aprovação plenária, o envio de correspondência ao Prefeito de Ubá, Sr. Edson Teixeira Filho, para solicitar-lhe que determine ao setor competente que realize estudos técnicos para avaliar a possibilidade de elaboração de um projeto de lei que trate sobre incentivos aos munícipes para a troca de materiais recicláveis por alimentos.

Justificativa:

De acordo com o art. 225 da Constituição Federal “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”. Muitas cidades brasileiras estão tomando medidas sustentáveis que buscam melhores condições para a preservação do meio ambiente, aliadas a uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, destaca-se a Lei nº 3706/11, da cidade de Umuarama, no Estado do Paraná, que instituiu o Programa “Lixo que Vale”, cujo principal objetivo é incentivar a reciclagem através da troca de lixo por alimentos. A cada quinze dias é realizada uma feira com os produtos alimentícios. São mais de 30 variedades, entre hortaliças, vegetais, carnes, ovos, pães, bolachas, geleias e mel. Os moradores escolhem o que querem e utilizam as “moedas verdes” para a aquisição. A moeda verde é um instrumento utilizado para a troca de alimentos, serão distribuídos em cada coleta de acordo com o tipo de material coletado. Com a troca, a prefeitura recolhe cerca de 20 toneladas de recicláveis por mês e entrega os resíduos gratuitamente na cooperativa de catadores de Umuarama. Desta forma, os catadores não precisam andar pelas ruas a procura do lixo, pois os materiais chegam diretamente na cooperativa, sem custos algum para os cooperados. Além disso, o projeto ainda beneficia os pequenos produtores rurais da região, pois a prefeitura compra verduras, frutas, legumes, ovos e carnes apenas dessas propriedades.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS


O projeto “O Lixo que Vale” é uma iniciativa inteligente e eficiente que traz como benefícios: geração de renda e emprego, economia para as famílias, o desenvolvimento do comércio local, o consumo de alimentos saudáveis e a preservação do meio ambiente. Porém, o ganho principal desse projeto está na conscientização das pessoas quanto às questões ecológicas. Há a transformação de um movimento de subsistência para a interiorização de uma cultura de preservação que, no médio e longo prazos, terá efeito significativo na economia e na natureza, tanto para as pessoas e suas famílias, quanto para a comunidade.

Sugere-se, para o projeto, o recolhimento pelos funcionários da Prefeitura, e a troca será acompanhada pela Secretaria de Assistência Social e Ambiente, através de fichas de controle de coleta e entrega.

Para maiores detalhes sobre a Lei “Lixo que Vale” da cidade de Umuarama, que pode ser utilizado como modelo, consta em anexo a esta Proposição.

Assim, na expectativa de contar com o apoio dos nobres pares, firma.

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 4 dias de abril de 2022.


VEREADOR JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS
Presidente da Câmara Municipal de Ubá

LEI Nº 3.736

De: 24 de agosto de 2011.

Autoriza o Poder Executivo a instituir, nos bairros localizados na área de preservação ambiental – APA DO RIO PIAVA – do Município de Umuarama, o programa “**LIXO QUE VALE**” e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir no Município de Umuarama, o programa “**LIXO QUE VALE**”.

Art. 2º. O programa previsto no artigo 1º desta Lei, terá por finalidade de estimular a separação do lixo reciclável, com a participação da comunidade dos bairros Parques das Jabuticabeiras e Sete Alqueires, localizados na Área de Preservação Ambiental do Rio Piava, buscando desta forma, a melhoria do ambiente de vida, transformando os cuidados com o lixo em um exercício diário da cidadania.

§ 1º. Para fins do disposto nesta Lei, compreende lixo reciclável limpo, a separação de papel, vidro, metal, e plástico, isenta de líquidos e de restos de materiais orgânicos.

§ 2º. O lixo reciclável limpo será selecionado em 03 (três) grupos, diferenciados pelo valor de referência de troca.

Art. 3º. A cada quilograma de material reciclável limpo, o participante fará jus a uma “moeda verde” que será trocada por alimentos oferecidos nos pontos de troca.

Parágrafo único. O Valor da “moeda verde”, dos alimentos a serem oferecidos, os pontos de trocas e a forma de recolhimento dos materiais recicláveis, os dias e horários de funcionamento, serão regulamentados por Decreto, em prazo de 30 (trinta) dias contatos da publicação desta Lei.

Art. 4º. O lixo reciclável limpo recolhido será encaminhado para a Cooperativa de Catadores de Materiais Reciclados de Umuarama, que fará uma seleção e venda do mesmo, e deverá repassar o valor estimado do material entregue, ao Banco de Alimentos a fim de garantir a compra dos alimentos que serão novamente trocados pelo lixo reciclável limpo, através da moeda verde.

Art. 5º. A coordenação do programa “**LIXO QUE VALE**”, será exercida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo.

Art. 6º. Para a consecução dos objetivos desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a elaborar e distribuir materiais informativos às populações dos bairros localizados no APA do Rio Piava, bem como, veicular campanha específica nos órgãos de imprensa local.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **1854100010.2.140000.**

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de agosto de 2011.

MOACIR SILVA
Prefeito Municipal